Contrato n° ­­/2014- COAD/DLOG/DPF **(08123.000406/2014-11-CGCINTEPOL/DIP)**

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, REPRESENTADA PELO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, E A EMPRESA TELESAT BRASIL CAPACIDADE DE SATÉLITES LTDA.**,** NA FORMA ABAIXO:

A UNIÃO, por meio do Departamento de Polícia Federal, com Sede em Brasília/DF, instalado em seu Edifício Sede, no Setor de Autarquias Sul, Quadra 06, Lotes 09 e 10, inscrito no CNPJ sob o número 00.394.494/0014-50, órgão do Ministério da Justiça, na qualidade de locatário e doravante designado simplesmente “CONTRATANTE” e representado por seu Diretor de Administração Sr. **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,** CPF. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e C.I. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com delegação de competência que lhe confere a Portaria nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_/2012-DG/DPF, de \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2012, do Departamento de Polícia Federal - Ministério da Justiça; e a empresa **Telesat Brasil Capacidade de Satélites Ltda.**, sociedade limitada com sede na Av. Rio Branco nº 01, grupo 1608, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20090-003, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.884.281/0001-18, neste ato representada por seu Diretor, Sr. Mauro Wajnberg, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 06.713.000-5, emitida IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 830.348.467-20, na qualidade de locadora e doravante designada simplesmente “CONTRATADA”,  resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, decorrente da **Dispensa de Licitação nº\_\_\_/2014-CPL/DICON/COAD/DLOG/DPF**, **com base no Inciso IV do Artigo 24 da Lei nº 8.666/1993**, e regido pela Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 (Estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos), pela Instrução Normativa nº 02, de 11 de outubro de 2010 (Estabelece normas para o funcionamento do SICAF no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do SISG); bem como pela legislação pertinente, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto** - Locação de capacidade espacial via satélite em Banda Ku, com área de cobertura no Estado do Rio de Janeiro conforme indicado no Mapa de Cobertura constante da proposta da CONTRATADA, no *transponder* do satélite Telstar 12, 24 (vinte e quatro) horas por dia durante o prazo de 60 (sessenta) dias corridos a partir do dia 12de junho de 2014, permitindo a comunicação de dados para o controle de aeronaves do Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados (SISVANT) para além de sua linha de visada, a fim de atender as demandas da Copa do Mundo 2014 no Estado do Rio de Janeiro.

**CLÁUSULA SEGUNDA – Da Vinculação –** O Ato de Dispensa de Licitação nº \_\_/2014-CPL/DICON/COAD/DLOG/DPF, o Projeto Básico e a proposta da CONTRATADA, fazem parte integrante deste instrumento contratual, independentemente de transcrição. No que este Contrato for divergente ou conflitante em relação ao Projeto Básico, o previsto neste Contrato deverá prevalecer.

CLÁUSULA TERCEIRA – Das Obrigações Da Contratada

* 1. Iniciar a locação objeto deste Contrato nos prazos estabelecidos.
  2. Apresentar comprovantes das especificações técnicas da capacidade locada nos termos deste Contrato.
  3. Manter, durante toda a execução do Contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas em relação a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratar com a Administração Pública, apresentando, sempre que solicitado, os comprovantes de regularidade fiscal.
  4. O não atendimento do disposto nesta cláusula enseja a rescisão unilateral do Contrato por parte da administração.
  5. O PAGAMENTO referente ao presente Contrato ficará condicionado à comprovação, por parte da CONTRATADA, da manutenção de todas as condições de habilitação, aí incluídas a regularidade fiscal para com o FGTS e a Fazenda Federal, com o objetivo de assegurar o cumprimento do art. 2º da Lei nº 9.012/95 e arts. 29, incisos III e IV, e 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.
  6. Obedecer, rigorosamente, as condições deste Contrato, devendo qualquer alteração ser autorizada previamente por escrito pela Polícia Federal.
  7. Regularizar, sem quaisquer ônus e quando notificada pela Polícia Federal, sob pena de ser declarada inidônea e de sofrer penalidades, as possíveis irregularidades observadas no decorrer do Contrato ou quando do funcionamento irregular.
  8. Observar, no que couber, o Código Civil Brasileiro, Normas Técnicas, as Leis e os regulamentos pertinentes.

**CLAUSULA QUARTA – Das Obrigações Da Contratante**

* 1. Acompanhar e fiscalizar o andamento da locação objeto deste Contrato por intermédio de servidores da PF formalmente designados.
  2. Avaliar a qualquer tempo a utilização e desempenho do objeto, ficando a critério do DPF a utilização de qualquer ferramenta de análise, de onde será gerado um relatório técnico, que servirá para acompanhamento da utilização e desempenho.
  3. Notificar a CONTRATADA sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no decorrer da locação objeto deste Contrato para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
  4. Permitir o acesso dos funcionários da CONTRATADA às dependências da PF para entrega, instalação e manutenção de software, se aplicável, respeitando as normas que disciplinam a segurança do patrimônio, das pessoas e das informações.
  5. Não interferir no uso e nem causar danos a transponder(s) ou segmento(s) de satélite ou em seus backup(s). A CONTRATANTE coordenará (e exigirá que seus agentes de subida coordenem) com a CONTRATADA as transmissões da CONTRATANTE para o satélite, de modo a minimizar qualquer interferência com satélite(s), transponder(s) e/ou segmento(s) de satélites adjacentes. Essa coordenação será feita de acordo com os procedimentos razoavelmente estabelecidos pela CONTRATADA.
  6. Tomar prontamente medidas corretivas e interromper qualquer iluminação inadequada, assim entendida como qualquer transmissão (i) em qualquer frequência ou polarização incorreta, (ii) com nível excessivo de potência, e/ou (iii) que pode danificar ou causar interferência inadequada com qualquer transponder ou satélite.

**CLÁUSULA QUINTA – Das Condições de Pagamento**

* 1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o aluguel mensal definido na proposta da CONTRATADA. Os aluguéis se aplicam a cada dia, integral ou parcial, em que a capacidade locada está disponível à CONTRATANTE, independentemente do efetivo uso da capacidade pela CONTRATANTE. Até o último dia útil de cada mês da locação, a nota de cobrança referente ao respectivo mês será emitida pela CONTRATADA e entregue ao Fiscal do Contrato e, após atestada, será encaminhada ao setor competente para pagamento.
  2. O pagamento referente à locação objeto deste Contrato será efetuado mensalmente no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de cobrança pelo Fiscal do Contrato, por intermédio de Ordem Bancária e de acordo com as condições constantes na proposta da CONTRATADA e aceitas pela CONTRATANTE.
  3. As notas de cobrança deverão conter o nome da CONTRATADA, CNPJ, número de Nota de Empenho, números do Banco, Agência e Conta Corrente da CONTRATADA, descrição do objeto contratado, além das devidas conferências e atestos por parte da fiscalização**.**
  4. O pagamento será efetuado somente após as notas de cobrança serem conferidas, aceitas e atestadas pelo Fiscal do Contrato.
  5. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira por parte desta, seja em virtude de penalidade, indenização, inadimplência contratual ou qualquer outra de sua responsabilidade.
     1. A critério da CONTRATANTE poderão ser utilizados os créditos existentes em favor da CONTRATADA para compensar quaisquer possíveis despesas resultantes de multas, indenizações, inadimplências contratuais e/ou outras de responsabilidade desta última.
  6. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas notas de cobrança, serão estes restituídos à então CONTRATADA, para as correções solicitadas, não respondendo o DPF por quaisquer encargos resultantes de atraso na liquidação dos pagamentos correspondentes.

**CLÁUSULA SEXTA - Dos Encargos Moratórios**

6.1 – Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I=(TX/100)

365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

6.2 – Na hipótese de pagamentos de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa, com direito ao contraditório e devido processo legal.

CLAUSULA SÉTIMA - Do Valor do Contrato e da Dotação Orçamentária

7.1. As despesas para o Contrato são estimadas em R$ ( ).

7.2. As despesas no presente exercício serão custeadas com os recursos dos Grandes Eventos consignados ao Departamento de Polícia Federal, no Orçamento Geral da União, sob a seguinte classificação: Plano Interno \_\_\_\_\_\_\_\_, Elemento de Despesa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Programa de Trabalho \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Inicialmente foi emitida a Nota de Empenho nº 2014NE\_\_\_\_\_\_\_\_, no valor de R$\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_).

**CLAUSULA OITAVA - Da Alteração**

8.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem na locação até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato;

8.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, exceto as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

**CLAUSULA NONA - Da Vigência do Contrato e da Prorrogação –** O prazo de vigência do Contrato será de 60 (sessenta) dias. Prorrogáveis até 180 dias conforme previsto no art. 24, IV da Lei 8666/93.

**CLAUSULA DÉCIMA - Da Fiscalização e Gerenciamento do Contrato**

* 1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração da CONTRATANTE nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93.
  2. A fiscalização de que trata o presente item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei 8.666/93, atualizada.
  3. O Fiscal designado será responsável por fornecer todas as informações necessárias para sua perfeita execução, bem como atestar as notas de cobrança, quando comprovada sua perfeita realização.
  4. A Polícia Federal se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, a a capacidade locada se em desacordo com o Contrato que vier a ser firmado.
  5. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto deste Contrato deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA.
  6. O Fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a locação objeto deste Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
  7. A CONTRATADA deverá indicar representantes oficiais para representá-la na execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Classificação da Locação

11.1.A locação da capacidade espacial objeto deste Contrato é contratada por prazo determinado. É de natureza eventual, específica e necessária ao desempenho das atribuições do SISVANT/DPF. Sua contratação encontra amparo legal na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Das Especificações Técnicas

* 1. A capacidade locada deve atender as seguintes especificações:
  2. a) Tipo Full duplex
  3. b) Banda KU (DNL – *inbound and outbound*) nas freqüências entre 10.95 GHz e 12.75 GHz
  4. c) Banda KU (UPL – *inbound and outbound*) nas freqüências entre 14.0 GHz e 14.5 GHz.
  5. d) A locação de capacidade objeto deste Contrato está sendo contratada pelo prazo determinado de 60 (sessenta) dias, ficando a capacidade locada dedicada exclusivamente para uso da CONTRATANTE.
  6. e) Tamanho total da banda a ser utilizada é de 10 MHz, sendo DNL: 7Mhz e UPL : 3 MHz. Diante disto, faz-se necessária a locação de capacidade satelital que possa permitir o comando e controle da aeronave a partir da estação de solo (AGCS) acima da distância de 200km.
  7. Requisitos gerais do sistema.
  8. Especificação do Terminal Satcom da aeronave:

|  |  |
| --- | --- |
| Atributo | Valor |
| Antenna type | Cassegrain Dish |
|  |  |
| Antenna factory | ELTA |
| Antenna size | 0.46 m |
|  |  |
|  |  |
| System Transmit Frequency Range | 13.75 GHz - 14.5 GHz |
| System Receive Frequency Range | 10.95 GHz - 12.75 GHz |
| Rx Antenna gain @ frequency | 31.5 dBi@11.3 GHz |
| Tx Antenna gain @ frequency | 33.5 dBi@14.2 GHz |
| Polarization | linear |
| Elevation angle travel | 0° - 110° |
| Elevation travel rate | 40°/sec |
| Azimuth angle travel | N x 360° |
| Azimuth travel rate | 40°/sec |
| G/T @ frequency | 8.5dB/K @ 11.3GHz & 20°C |
| Min. EIRP | 20 dBW |
| Max. EIRP | 50 dBW |
| Feed System (Ports) | dual linear port |
| Power TWTA / HPA | 100 W |
| Modem type | EL/K 1894 |
| Modem factory | ELTA |
| Type Multiple Access Data rate Sensor | FDMA |
| Modulation | QPSK (Tx), BPSK (Rx) |
| Required Eb/No @ FEC | 4 dB @ FEC 1/3 |
| Code | Viterbi with TPC |
| roll of factor | 30% |
| FEC rates | ¼ (Tx) 1/3 (Rx) |
| Type Multiple Access Data rate | FDMA |
| Spread spectrum factor (CDMA) | 12dB |
| Processing Gain spread spectrum | 12 dB (BPSK / DS Sp. Sp.) |
| Max. Data rate | 2048 Kbps |

* 1. Especificação do Terminal Satelital de Solo

|  |  |
| --- | --- |
| Atributo | Valor |
| Antenna type | Gregorian |
| Antenna factory | Andrew |
| Antenna size | 3,9 m |
| Pointing Type | Manual - no tracking |
| System Frequency Range Tx | 13.75 GHz - 14.5 GHz |
| System Frequency Range Rx | 10.9 GHz - 12.75 GHz |
| Rx Antenna gain @ frequency | 50.5 dBi @ 10.75 GHz |
| Tx Antenna gain @ frequency | 52.5 [dBi] @ 13.75 GHz |
| Polarization | Linear |
| Elevation angle travel | 5º to 90º |
| Elevation travel rate | 0.5 º/Sec |
| Azimuth angle travel | 100 º |
| Azimuth travel rate | 0.5 º/Sec |
| G/T @ frequency | 28dB/K @ 11 GHz @20 [°C] |
| Min. EIRP | 52 [dBW] |
| Max. EIRP | 72 [dBW] |
| Feed System (Ports) | 2 port feed |
| Power TWTA / HPA | 100[W] |
| Modem type | EL/K 1894 |
| Modem factory | ELTA |
| Type Multiple Access Data rate | FDMA |
| Modulation | BPSK (Tx) with Sp. Sp., QPSK (Rx) |
| Required Eb/No @ FEC | 4 dB @ FEC 1/3 |
| Code | Viterbi with TPC |
| roll of factor | 30 [%] |
| FEC rates | 1/3 (Tx) ¼ (Rx) |
| Type Multiple Access Data rate Command & Controll | FDMA or CDMA  Sp. Sp. Processing Gain Factor 12dB |
| Max. Data rate | 1. bps |

12.10. A locação da capacidade objeto deste Contrato não inclui a disponibilização de quaisquer instalações terrenas. A CONTRATANTE é exclusivamente responsável pela obtenção, instalação, licenciamento, e manutenção de quaisquer equipamentos e/ou instalações terrenas usadas para comunicação com o satélite.

12.11. Mediante notificação com toda a antecedência razoavelmente possível, a CONTRATADA poderá realizar testes emergenciais no satélite, mas somente: (i) para investigar interferências ou para restaurar ou determinar a causa de um defeito; (ii) em atendimento a uma ordem judicial de tribunal competente ou determinação de agência reguladora de telecomunicações; (iii) para proteger o desempenho geral do satélite; e/ou (iv) para coordenar-se adequadamente com outros usuários ou operadores de satélite.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – Da Entrega/Fornecimento e Instalação - A locação de capacidade deverá estar apta a ser operada na cidade de São Pedro da Aldeia/RJ no dia 12 de junho de 2014, onde deverá permanecer por 60 (sessenta) dias – prazo previsto para a operação do SISVANT.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Comprovação da Capacidade Técnico Operacional

* 1. A CONTRATADA deverá estar autorizada pela ANATEL a explorar o satélite Telstar 12 para entidades brasileiras que detenham concessão, permissão ou autorização para explorar serviços de telecomunicação.
  2. Apresentar comprovantes das especificações técnicas da capacidade locada constante do Projeto Básico.
  3. Utilizar, como referência para as coordenadas geográficas, o sistema geodésico WGS-84, conforme estabelecido pela ANATEL.
  4. Indicar as designações de satélite, segmentos de satélites e suas faixas de frequências de operação e polarização para a operação da locação ora contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Do Modelo de Fornecimento – Garantia de Funcionamento e Níveis de Locação

* 1. Garantias da Solução
  2. Níveis de Locação
     1. Durante a vigência do Contrato a CONTRATADA deverá atender aos chamados para assistência técnica e realizar qualquer atendimento necessário para o perfeito funcionamento da solução, devendo ser atendidas as seguintes condições:
        1. A assistência técnica será realizada em qualquer dia útil, após solicitação do DPF por meio de telefonemas, notificação via fax ou mensagens eletrônicas;
        2. Os chamados serão registrados e deverão estar disponíveis para acompanhamento pela equipe da PF, contendo data e hora da chamada, o problema ocorrido, a resolução, data e hora de conclusão;
        3. A CONTRATADA terá o prazo de até 8 (oito) horas para atendimento.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA –- Do Equilíbrio Econômico e Financeiro**

16.1. - A Contratada tem direito ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, procedendo-se à revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com conseqüências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento;

16.2 – A Contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com conseqüências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I – a comprovação será feita por meio de documentos, tais como: lista de preço de fabricante, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do Contrato.

II – junto com o requerimento, a CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data de formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do Contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III – a Administração reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão do Contrato.

16.3 –

16.4 – As alterações decorrentes da revisão do Contrato serão publicadas no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Das Sanções e Descumprimento do Contrato

* 1. No caso da inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, estará sujeita a CONTRATADA às sanções previstas na legislação específica, podendo a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:
     1. Advertência, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da CONTRATADA, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;
     2. Multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso sobre o valor do inadimplemento para o caso de descumprimento das obrigações assumidas até o 15º (décimo quinto) dia, sem prejuízo das demais penalidades;
     3. Multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) por dia de atraso sobre o valor do inadimplemento para o caso de descumprimento das obrigações assumidas após o 15º (décimo quinto) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;
     4. Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total.
  2. No caso de inexecução do Contrato superior a 7 (sete) dias, poderá a Administração rescindir o Contrato, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Licitações.
  3. No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento.
  4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia ou do pagamento eventualmente devido pela Polícia Federal ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
  5. As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando para o atraso no cumprimento das obrigações for apresentada justificativa por escrito pela CONTRATADA, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, e aceita pela Polícia Federal.
  6. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação e, ainda, caberá suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no Projeto Básico, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.
  7. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão do direito de licitar, a CONTRATADA deverá ser descredenciada, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Contrato e das demais cominações legais.
  8. A multa aplicada após regular processo administrativo deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE.

17.9Em todo procedimento de penalização, será garantida a ampla defesa e o contraditório. Falhas ou atrasos na locação ou manutenção de capacidade decorrentes de qualquer causa(s) fora do controle razoável da CONTRATADA, incluindo, mas não se limitando a, questões trabalhistas, ordens governamentais, distúrbios civis, caso fortuito, atos terroristas ou de guerra, perturbações metereológicas ou astronômicas, defeito no satélite ou transponder constituirão um evento de força maior. No caso de defeito no satélite ou transponder, sempre que possivel, caberá a CONTRATADA disponibilizar a capacidade através de outro satélite ou transponder da frota internacional do grupo Telesat.

### **CLAUSULA DÉCIMA OITAVA – Da Rescisão**

18.1 - Caberá rescisão contratual, na ocorrência de quaisquer dos motivos relacionados no art. 78 da Lei n° 8.666/93.

18.2 - A rescisão do Contrato poderá ser:

19.2.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

18.2.2 - Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração; e

18.2.3 - Judicial, nos termos da legislação.

18.3 - Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados que houver sofrido, tendo direito:

18.3.1 – Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão;

19.3.2 – Pagamento do custo da desmobilização.

18.4 - O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei n~~º~~ 8.666, de 1993

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Da Sustentabilidade Ambiental – IN nº 01/2010-SLTI/MPOG

* 1. A CONTRATADA adotará as seguintes práticas de sustentabilidade durante o prazo do Contrato, quando couber:
     1. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
     2. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
     3. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
     4. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a locação objeto deste Contrato;
     5. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
     6. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
     7. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
     8. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
     9. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - Dos casos omissos –** O objeto do presente Contrato, bem como os casos omissos, regular-se-ão pelas Normas Contratuais e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, na forma do art. 54 da Lei 8.666, de 1993, c/c o art. 55, inciso XII, do mesmo diploma legal

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - Da Publicação** **–** A publicação resumida deste Contrato na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela CONTRATANTE até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

**CLAUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - Da Aceitação e Do Foro -** Fica expressamente acordado que ao presente instrumento aplicar-se-ão as soluções preconizadas pela legislação brasileira.

As partes elegem o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para as questões decorrentes deste Contrato.

E, por assim estarem justas e acordadas, foi mandado digitar este Contrato, em 03 (três) vias, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes contratantes.

Brasília/DF, de de 2014.

Ordenador de Despesas

TELESAT BRASIL CAPACIDADE DE SATÉLITES LTDA.

**Testemunhas:**